

Política

VIVENDO A CONSTITUIÇÃO

Habeas data: parlamentares estão perplexos com Saulo Ramos.

Grande parte dos 559 ex-constituintes amanhecera perplexos, ontem, diante do parecer do consultor-geral da República, Saulo Ramos, sobre o alcance do habeas-data. "Ele praticou uma delinquência jurídica", classificou, indignada, a advogada e deputada Beth Azize (PSDB-AM). Na opinião do consultor, até que haja uma lei especificando em que condições esse direito deva ser exercido, as informações "sigilosas" permanecem inacessíveis ao cidadão comum. (Ver também página 11.)

Outro deputado-advogado, Luís Carlos Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), acredita que Saulo Ramos está apenas "sofismando". Segundo ele, o direito constitucional de acesso a informações pessoais em qualquer arquivo da administração pública "é imediatamente aplicável. E o presidente Sarney não vai fazer concessão neste caso", aposta ele. Defensor de presos políticos nas últimas décadas, Sigmaringa Seixas não discorda de que é necessária uma lei de regulamentação, mas aponta: "Eu saber que existem informações a meu respeito não fere segurança nenhuma".

O consultor baseia seu parecer "na segurança social e do Estado", o princípio que rege as ações e intenções do Serviço Nacional de Informações (SNI). E demonstra, segundo Beth Azize, que quer "debochar da Constituinte". Saulo Ramos diz que os constituintes erraram "ao proclamar o direito de acesso às informações existentes em órgãos públicos". Isto, segundo o parecer, "emprestou-lhe caráter limitado e relativo, posto que exonerou o Estado do dever de prestá-las". A deputada, porém, desmonta essa argumentação: "Qual a diferença entre órgãos públicos e o Estado?", indaga.

O parecer do consultor da República quis "estender suas garras sobre a lei de regulamentação", alertou Azize. "A partir do momento em que ele defende que a 'segurança' deve ser resguardada com cautela pelo SNI, só pode entender que, mesmo regulamentado, o habeas data terá pouco efei-



"Ele praticou uma delinquência jurídica." é o que dizem.

to", explicou. O deputado Sigmaringa Seixas também não poupou críticas: "O consultor parte de uma premissa-falsa para chegar a uma conclusão correta: o SNI tem que fornecer informações pessoais". Para ele, "é abominável ainda existirem órgãos de informação com banco de dados com informações pessoais, que o cidadão não tem direito de conhecer".

Assim, após o deputado Ulysses Guimarães ter dissolvido a Constituinte, no dia 5, "o consultor Saulo Ramos, convocado por seu presidente, abre os trabalhos da prostituinte. Já pensou se tudo o que está escrito na nova Constituição vai depender de um parecer do Saulo?", disse ontem a deputada Beth Azize. Com ela, concorda

um outro político centrista, que preferiu não se identificar, para contar um diálogo difícil com o relator da Constituinte, Bernardo Cabral (PMDB-AM), ocorrido no início do ano.

— Bernardo, eu no seu lugar, já teria acertado os passos dele —, disse o político ao relator, sobre as várias tentativas do consultor de "desmoralizar os constituintes".

— Tenho que agir com calma — respondeu, na época, Cabral. E o aparte veio imediato: "Este senhor (Saulo Ramos) o está chamando indiretamente de 'analfabeto e incompetente'. Você não pode deixar perderem o respeito por você", concluiu o político.